



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 511/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores de Bovinos de Turvo e Região.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Produtores de Bovinos de Turvo e Região, com sede no Município de Turvo e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR







DEP. PROF. LEMOS
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Professor Lemos

D.L.

Fls. 01

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 30 MAR. 2011

[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 263/11

SÚMULA: Altera § 3º ao Art. 1º da Lei 15.051/06 que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Transporte gratuito às pessoas com deficiência)

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º – O § 3º ao Art. 1º da Lei 15.051/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º -

§1º-...

§2º-...

§ 3º – Os interessados no benefício desta lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de três horas, nos casos de linhas de transporte coletivo que atendam municípios além das regiões metropolitanas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 30 de março de 2011.

[Assinatura]
PROF. LEMOS
Deputado Estadual

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

15/41 30/03/2011 00:15:06 Nº ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

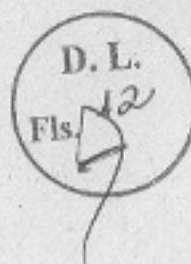
Para que possamos nos adequar a legislação nacional no que diz respeito a regulamentação da gratuidade do transporte para pessoas com deficiência é que propomos a metéria em tela.

A portaria Interministerial nº 003, de 10/04/2001, publicada em 11/04/2001 que objetiva, disciplinar a concessão do Passe Livre às pessoas com deficiência, comprovadamente carentes no sistema de transporte coletivo interestadual, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário e revoga a Portaria/MT nº 1, de 9 de janeiro de 2001, em seu artigo 4º especifica que " O portador de Passe Livre deverá solicitar o Documento de Autorização de Viagem junto à empresa de serviço de transporte interstadual de passageiros, com antecedência mínima de até 3 (três) horas em relação ao horário de partida."

Para que possamos aplicar ao transporte intemunicipal o que se aplica ao transporte interestadual é que fizemos esta proposição, considerando a perspectiva da garantia do direito analogicamente igual de todos os passageiros com deficiência em todas as partes do país.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 263/2011.

Projeto de Lei nº 263/2011.

Autor: Deputado Estadual Professor Lemos.

Súmula: Altera § 3º ao art. 1º da Lei 15.051/06 que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Transporte Gratuito às Pessoas com Deficiência).

EMENTA: CONSUMO. RESERVA DE PASSAGENS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 24 HORAS MODIFICADA PARA 3 HORAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 29, 33 E 137 REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 65 CE. ART. 24, V E XIV DA CF. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por objetivo alterar § 3º ao art. 1º da Lei 15.051/06 que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, tendo como finalidade diminuir o prazo de reserva da passagem pelas pessoas com deficiência de 24 horas de antecedência para 3 horas, buscando adequar a Legislação Estadual à Legislação Federal.



FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu art. 65, o Parlamentar possui prerrogativas para iniciar o processo legislativo:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando com tal entendimento, o **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**, dispõe em seu artigos 124:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre produção e consumo, bem como proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, conforme o artigo 24, incisos V e XIV, da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Sendo assim, resta claro que a competência para legislar sobre o assunto é de competência do nobre parlamentar, inexistindo óbices a regular tramitação do presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Nada obstante, com o objetivo de proporcionar melhor eficácia ao Projeto de Lei ora em tela, propõe-se o seguinte substitutivo geral, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo geral quando abrange o seu conjunto.



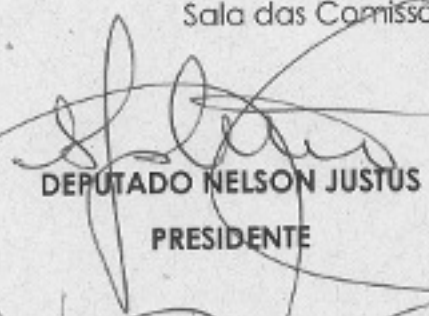
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

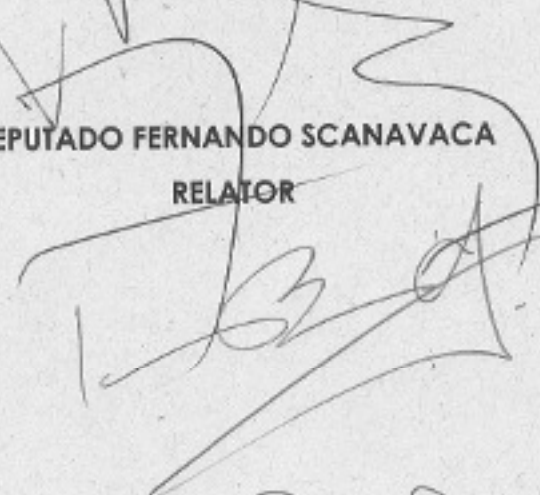



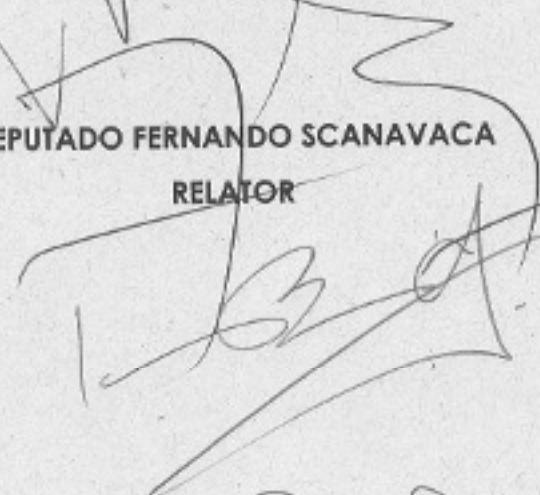
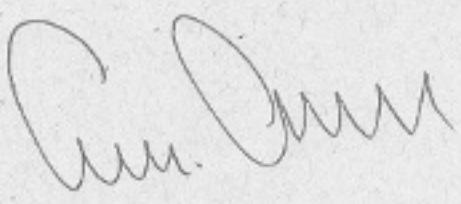
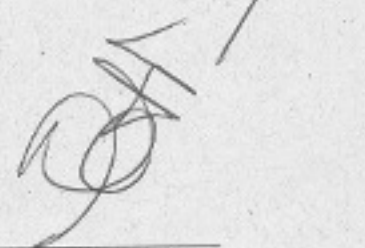
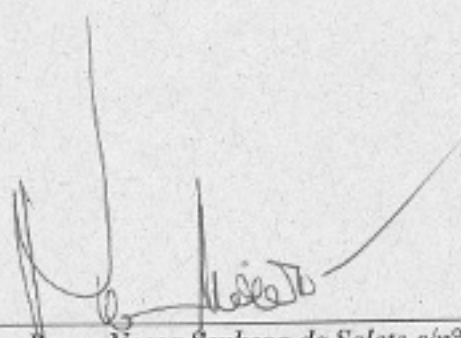
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma do **SUBSTITUTIVO GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 263/2011

De acordo com o que determina os artigos 29, 137, §2º e 141, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 263/11 a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Altera § 3º ao art. 1º da Lei 15.051/06 que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Transporte Gratuito às Pessoas com Deficiência).

Art. 1º. O §3º ao artigo 1º da Lei Estadual 15.051/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - (...)

§1º - (...)

§2º - (...)

§3º - Os interessados no benefício desta Lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de 6 (seis) horas, nos casos de linhas de transporte coletivo que atendam Municípios além das regiões metropolitanas.

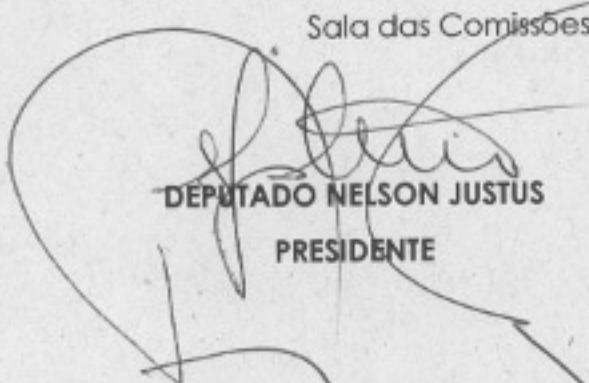


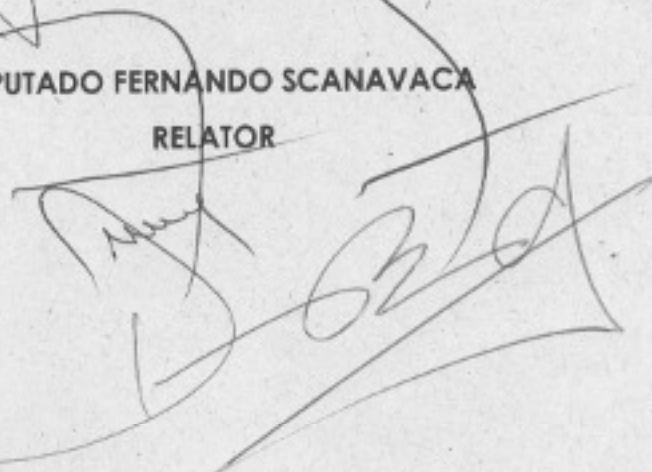
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

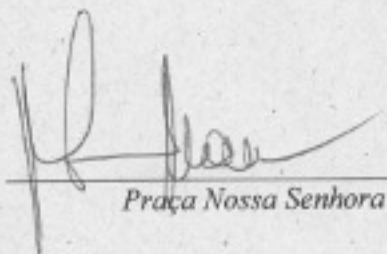


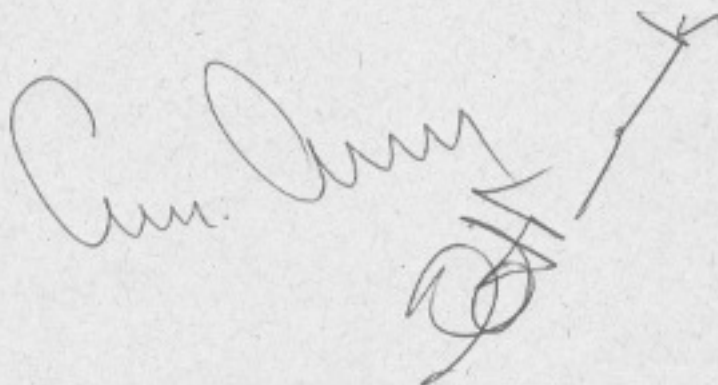
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



PARECER AO PROJETO DE LEI N. 263/11
Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania

Projeto de Lei n. 263/11

Autor: Deputado Professor Lemos.

Súmula: Altera o § 3º ao Art. 1º da Lei 15.051/06 que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Transporte gratuito às pessoas com deficiência).

EMENTA: CONSUMO. TRANSPORTE INTERMUNICIPAL. RESERVA DE PASSAGENS POR PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 24 HORAS MODIFICADA PARA 3 HORAS. ADEQUAÇÃO ÀS REGRAS DO TRANSPORTE INTERESTADUAL. ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE. PARECER FAVORAVEL.

RELATÓRIO

Busca o projeto em análise, de autoria do Deputado Professor Lemos, a alteração do § 3º da Lei nº 15051/06 que modifica a Lei nº 11911/97, o qual versa



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



acerca do tempo mínimo em que as pessoas portadoras de deficiência detêm para reservar passagens.

Em síntese, a proposta visa a redução do tempo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para 03 (três) horas em que os beneficiários da legislação em comento terão para promover a reserva de suas passagens em linhas de transporte coletivo que atendam municípios além das regiões metropolitanas.

O projeto foi autuado sob o nº 263/11, bem como encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual apresentou proposta de substitutivo alterando o seguinte texto:

*Art. 1º

§1º-...

§2º-...

§3º- Os interessados no benefício desta lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de três horas, nos casos de linha de transporte coletivo que atendam municípios além das regiões metropolitanas"

Para:

*Art. 1º

§1º-...

§2º-...

§3º- Os interessados no benefício desta lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de seis horas, nos casos de linha de transporte coletivo que atendam municípios além das regiões metropolitanas"

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi aprovado na forma do Substitutivo Geral.

Na sequência o projeto fora encaminhado para esta Comissão com a finalidade de se analisar o mérito.

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



DO MÉRITO.

Considerando que a legislação nacional já prevê o tempo mínimo de 06 (seis) horas para a reserva de passagens em linhas interestaduais, conforme a portaria Interministerial nº 003, de 10 de abril de 2001, é necessário a adequação da Legislação Estadual no que diz respeito ao transporte intermunicipal.

Ou seja, os portadores de deficiência já haviam garantido o seu direito em reservar a passagem com apenas 06 (seis) horas de antecedência em relação ao transporte interestadual.

O projeto apresenta suma relevância uma vez que uniformiza as regras estabelecidas aos beneficiários da lei em relação ao transporte intermunicipal.

DA CONCLUSÃO

Não havendo qualquer vício legislativo, conforme parecer exarado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), e considerando a relevância da matéria somos pela normal tramitação e pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma do **SUBSTITUTIVO GERAL**. (da CCJ) *de acordo*

Sala das Comissões 21 de JUNHO de 2011.

[Assinatura]
DEPUTADO TADEU VENERI
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 263/2011

Projeto de Lei nº 263/2011
Autor: Deputado Professor Lemos

Súmula: Altera o § 3º da Lei 15.051/06 que modifica a lei nº 11.911, de 01 de Dezembro de 1997, e dá outras providências. (Transporte gratuito às pessoas com deficiência).

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Professor Lemos tem por escopo alterar o § 3º da Lei 15.051/06 que modifica a lei nº 11.911, de 01 de Dezembro de 1997, e dá outras providências. (Transporte gratuito às pessoas com deficiência).

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado com relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 263/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 263/2011 na sua forma apresentada. O projeto em questão visa adequar à legislação estadual a legislação federal no que tange a regulamentação da gratuidade do transporte para pessoas com deficiência.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 263/2011, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela na forma de **Substitutivo Geral apresentado pela CCJ**.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das sessões em 11 de julho de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



ADEMIR BIER

Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 263/11

PREÂMBULO

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Professor Lemos, visa alterar o § 3º do artigo 1º da Lei nº 15051/06 que modifica a Lei nº 11.911/07, que trata do transporte gratuito às pessoas com deficiência.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação desta Casa, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Esta matéria visa ressaltar a garantia do direito igual de todos os passageiros com deficiência em todas as partes do país, adequando a legislação estadual à legislação federal, que regulamenta a matéria.

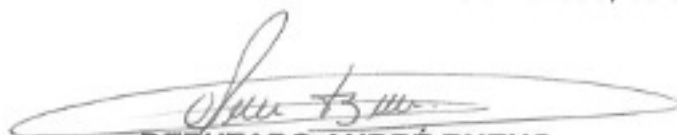
Em sendo assim, o projeto é extremamente meritório, louvável a iniciativa do nobre parlamentar.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer ela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 453/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 MAIO 2011

Ruanth
1º Secretário

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CASCAVEL, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA - PARANÁ.

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Bairro Cascavel, com sede e foro no município de Guarapuava - Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2011.


CESAR SILVESTRI FILHO
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Bairro Cascavel, fundada em 03 de maio de 1992, tem como proposta principal o atendimento assistencial, beneficente, educativo e social das comunidades menos favorecidas de Guarapuava. A entidade trabalha pelo desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e idosos, buscando sua integração à família e a sociedade.

Para o cumprimento destas metas e o desenvolvimento integral das ações programadas, a Associação desenvolve programas culturais, educacionais. Uma das metas da entidade é melhorar a geração de renda das pessoas atendidas, através de sua inclusão no mercado de trabalho.

Para atingir estes objetivos a Associação mantém convênios e termos de cooperação com o poder público nas suas diferentes esferas e representações. A entidade desenvolve parcerias com pessoas físicas ou jurídicas, entidades particulares, a fim de obter os recursos necessários à organização, aplicação, melhoria e manutenção de seus serviços.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres deputados desta Casa de Leis, ao Projeto de Lei que apresento por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 453/2011

Projeto de Lei nº. 453/2011

Autor: Deputado Estadual Cesar Silvestri Filho

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CASCAVEL**, com sede e foro no Município de Guarapuava - Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Cesar Silvestri Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Moradores do Bairro Cascavel**, com sede e foro no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Nelson Justus

D. L.

Fls. 02



PROJETO DE LEI Nº 552/2011

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o "Grupo de Capoeira Raízes – GCR", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o "Grupo de Capoeira Raízes – GCR", com sede e foro no Município de Curitiba, no Estado do Paraná.

Art.2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em


NELSON JUSTUS
DEPUTADO ESTADUAL

15:24 04/07/2011 085187 DNP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Nelson Justus



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar a Utilidade Pública do Grupo de Capoeira Raízes, uma vez que tal instituição desenvolve atividades de interesse da comunidade nos Municípios de Curitiba, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Colombo, Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná, Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Adrianópolis.

A atuação do Grupo é voltada para a criação de projetos sociais tendo como finalidade amparar crianças e adolescentes carentes, de forma gratuita.

Atualmente são diversos os programas desenvolvidos pelo Grupo, nas áreas de leitura, cultura religiosa, exercícios de alongamento e combate imaginário através dos ensinamentos da capoeira regional (ritmo de benguela), agendando também avaliações físicas para os participantes que demonstram dificuldades, bem como organização de competições.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 552/2011

Projeto de Lei nº. 552/2011

Autor: Deputado Estadual Nelson Justus

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o "**Grupo de Capoeira Raízes – GCR**", com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o "**Grupo de Capoeira Raízes – GCR**", com sede e foro no Município de Curitiba.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR